

UNIDADE 2

AGENDA 21

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

Ao finalizar esta Unidade, você deverá ser capaz de:

- ▶ Compreender o conceito de Agenda 21, posicionando-se de forma crítica e construtiva em relação às ações existentes em sua cidade e região;
- ▶ Entender as definições e o sentido estratégico ligado à Administração Pública da Agenda 21 Global, Agenda 21 Brasileira e Agenda 21 Local;
- ▶ Relacionar Agenda 21 e Educação Ambiental; e
- ▶ Propor formas de divulgar e implementar a Produção e o Consumo Sustentável no Brasil.

AGENDA 21

Caro estudante!

Nesta Unidade, você terá a oportunidade de conhecer um dos principais resultados da Conferência Eco-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro: a Agenda 21. Trata-se de um programa de ação que constitui uma tentativa de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, que concilie proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Ao final, você poderá concluir que a Agenda 21 trata-se de um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis.

Trataremos este tema nos níveis global, nacional e local. Falaremos também sobre a Conferência Rio+10, que ocorreu em Joanesburgo, na África, em 2002, tendo em vista a importância de se desenvolver e implementar um novo conceito planetário relativo ao desenvolvimento sustentável. Esta Conferência ratificou a proposta do estabelecimento de um padrão de produção e consumo sustentável, que será discutido a seguir. Bons estudos!

Agenda 21 Global

Um grande passo para nortear a prática de ações sob a ótica do conceito de Desenvolvimento Sustentável foi a elaboração e lançamento da **Agenda 21 Global**, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, conhecida como Eco-92 ou Rio-92, realizada em



Saiba mais

Agenda 21 Global

Documento gerado a partir da Eco-92, ou Rio-92, e assinado por 179 países, que assumiram o compromisso de elaborar e implementar sua própria Agenda 21 Nacional. Fonte: Brasil (2008a).

**Saiba mais****Agenda 21 Brasileira**

Tem por objetivo definir uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o país, a partir de um processo de articulação e parceria entre o governo e a sociedade. Fonte: Brasil (2008b).

1992, na cidade do Rio de Janeiro. A Agenda 21 é um programa de ações para o qual contribuíram governos e instituições da sociedade civil de 179 países, o que constitui a mais ousada e abrangente tentativa já realizada de

promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

A Agenda 21 tem a função de servir como base para que cada um desses países elabore e implemente sua própria Agenda 21 Nacional, compromisso, aliás, assumido por todos os signatários durante a Eco-92. Assim, a Agenda Global foi a fonte de inspiração para a [Agenda 21 Brasileira](#).

Fazendo referência à Educação Ambiental, tema a ser estudado na Unidade 3, de acordo com Crespo (2000, p. 224), a Agenda 21 promove uma série de valores que deverão estar presentes em uma educação orientada para a sustentabilidade:

- ▶ **Cooperação:** [...] entre países, entre diferentes níveis de governo, nacional e local, e entre os diferentes segmentos e atores sociais;
- ▶ **Igualdade de direitos e fortalecimento dos grupos socialmente vulneráveis:** [...] buscando não só para estes grupos a básica igualdade de direitos e de participação, como trazer para o processo a contribuição valiosa e específica de cada um deles em termos dos seus valores, conhecimentos e sensibilidade;
- ▶ **Democracia e participação:** [...] o emprego de metodologias participativas na busca de consenso [...] instrumento extraordinariamente reforçador dos ideais democráticos, [...] a igualdade de direitos, o combate à pobreza e o respeito à diversidade cultural [...]; e
- ▶ **A sustentabilidade como uma ética:** [...] estabelecendo definitivamente a noção de que não

haverá sustentabilidade ambiental sem sustentabilidade social e vice-versa. [...] a sustentabilidade para ser alcançada exige estratégias em escala planetária de combate à pobreza, à intolerância e à **beligerância***.

***Beligerância** – estado ou qualidade de beligerante (que ou o que faz guerra ou está em guerra; que ou o que está em luta). Fonte: Houaiss (2009).

Agenda 21 Brasileira

No Brasil foi criada, em fevereiro de 1997, por decreto do Presidente da República, a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21, incluindo representantes do governo e da sociedade civil, com as atribuições de:

- ▶ propor estratégias de desenvolvimento sustentável; e
- ▶ coordenar, elaborar e acompanhar a implementação daquela Agenda.

Um fator diferencial da Agenda Brasileira em relação às demais experiências no mundo é a opção pela inclusão das **Agendas Locais**. Num país de dimensões continentais e de múltiplas diferenças, a criação destas Agendas torna-se condição indispensável para o êxito do programa. Uma das importantes inovações da Agenda 21 brasileira é que o objetivo comum a ser atingido não está restrito à preservação do meio ambiente, mas ao desenvolvimento sustentável ampliado e progressivo que introduz na discussão a busca do equilíbrio entre crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental.

Assim, a sociedade brasileira está procurando por uma nova racionalidade que

[...] garanta a solidariedade e a cooperação, tanto quanto a continuidade do desenvolvimento e da própria vida para as gerações futuras, ameaçadas pelo consumismo perdulário e pela exploração predatória dos recursos naturais. (BRASIL, 2002, p. 5).

Agenda 21 Local

A Agenda 21 Brasileira, como já falamos, tem como opção a criação de Agendas 21 Locais. A proposta é que cada cidade faça a sua Agenda 21 Local com a participação da sociedade civil. Assim como cada país, cada cidade deve adequar a Agenda à sua realidade e às suas diferentes situações e condições, sempre considerando os seguintes princípios gerais:

- ▶ participação e cidadania;
- ▶ respeito às comunidades e diferenças culturais;
- ▶ integração;
- ▶ melhoria do padrão de vida das comunidades;
- ▶ diminuição das desigualdades sociais; e
- ▶ mudança de mentalidades.

Os compromissos assumidos pelos representantes dos países que aprovaram a Agenda 21 Global são muito claros e objetivos.

Preservar as florestas e as nascentes, buscar substitutos para o CFC e outras substâncias que destroem a camada de ozônio, proibir a pesca destrutiva, buscar novas fontes de energia renováveis, reduzir o lixo produzido e encontrar combustíveis alternativos são alguns dos compromissos que devem ser traduzidos em ações, quando couber, na formulação de cada Agenda 21 Local.

Conferência de Joanesburgo: Rio+10

A Conferência Rio+10, realizada em Joanesburgo (África do Sul), em 2002, contou com a presença de 191 países e produziu dois documentos oficiais: a **Declaração Política** e o **Plano de Implementação**. A Declaração Política, que recebeu o título de “O Compromisso de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável”,

estabelece posições políticas que pedem alívio da dívida externa dos países em desenvolvimento e aumento da assistência financeira aos países pobres.

O Plano de Implementação, por sua vez, propõe a erradicação da pobreza, a mudança nos padrões insustentáveis de produção e consumo e a proteção dos recursos naturais. A seguir, algumas das principais determinações e diretrizes deste Plano:

- ▶ Os países desenvolvidos comprometem-se a diminuir o abismo que os separa das nações em desenvolvimento por meio de ações de cooperação internacional que deem ênfase às áreas de finanças, transferência de tecnologia, endividamento e comércio, além de incentivar a plena participação dos países em desenvolvimento nas decisões internacionais;
- ▶ A erradicação da pobreza é o maior desafio mundial. Até 2015, a proporção de pessoas com renda inferior a US\$ 1 por dia deve ser reduzida pela metade, assim como a proporção de pessoas que passam fome, o que reafirma a meta estabelecida na Declaração do Milênio da ONU;
- ▶ Outra meta determinada na Declaração do Milênio indica que o ano de 2015 também é o limite para que se reduza pela metade o número de pessoas sem acesso à água potável e segura e também sem acesso ao saneamento básico;
- ▶ Criação de um Fundo Mundial para a Erradicação da Pobreza e Promoção do Desenvolvimento Social e Humano nos Países em Desenvolvimento, sustentado com contribuições voluntárias;
- ▶ Com senso de urgência, devemos incrementar substancialmente o uso de fontes de energia renovável no consumo global de energia. A Iniciativa Brasileira de Energia, que propunha a meta de utilização de, no mínimo, 10% de fontes de energia renovável até 2010,

foi derrotada em função da resistência dos Estados Unidos e de outros países desenvolvidos, além dos países membros da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), exceto a Venezuela;

- ▶ Até 2020 devemos reduzir significativamente os efeitos nocivos de produtos químicos e do lixo tóxico sobre o meio ambiente e sobre a saúde humana, de acordo com o “princípio da precaução”, estabelecido na Rio-92;
- ▶ Até 2010 devemos promover o acesso de países em desenvolvimento a substâncias alternativas que não causem danos à camada de ozônio;
- ▶ Os países desenvolvidos devem aplicar 0,7% de seu Produto Interno Bruto em assistência a países em desenvolvimento. Cabe ressaltar que, no período de 1992 a 2002, os países ricos aplicaram apenas 0,22% de seu PIB em ajuda às nações em desenvolvimento, apesar do acordo firmado em Estocolmo, em 1972, e reafirmado na Rio-92; e
- ▶ A última unidade do documento trata da constituição de um aparato institucional para alcançar a total implementação da Agenda 21 e dos resultados da Cúpula de Joanesburgo. Na leitura do texto subentende-se que é necessário um novo e mais ativo conjunto de instituições internacionais para que os problemas de implementação das decisões da Rio-92 não se repitam (RIO + 10 BRASIL, 2002b).

Produção e Consumo Sustentável

Como vimos, a Conferência de Joanesburgo ratificou a preocupação com a implantação de mecanismos que estimulem a produção e o consumo sustentável. Essa é uma tarefa que deve ser assumida pelos setores público e privado, bem como pelo cidadão

comum, alterando seus hábitos de consumo. Os órgãos públicos devem propor políticas e instrumentos econômicos que estimulem a alteração do padrão de produção e consumo. O próprio Estado tem o poder de estimular as “compras verdes”, ou seja, comprar produtos que atendam aos padrões sustentáveis. E, o setor privado poderá continuar lucrando, produzindo de forma sustentável e estimulando o consumo de produtos não tóxicos ou menos poluentes.

Num primeiro momento parece ser utópico solicitar que empresas privadas adotem padrões de produção e consumo sustentável, pois o seu objetivo é ter lucro, e o usual é estimular o consumo, sem se preocupar com a sustentabilidade. Isso é uma verdade para algumas empresas, mas outras estão percebendo que a sua lucratividade depende do aumento do poder de compra e do desenvolvimento das classes mais pobres.

Por muitos anos o setor privado esperou que o Estado promovesse o desenvolvimento social, mas o que se viu foi justamente o contrário, com o agravamento das condições e o empobrecimento da população. A realidade nos mostra que no início deste século existem dois mundos: um que não tem mais para quem vender (países ricos) e outro que não tem como comprar (países pobres). Vender o terceiro ou quarto carro, computador ou celular para quem já tem dois ou três (consumidores europeus, americanos, japoneses) é mais difícil do que financiar a venda do primeiro carro, computador ou celular para quem é pobre, mas que deseja muito adquirir esses produtos (africanos, asiáticos, latino-americanos).

A diferença do padrão de consumo fica evidente nas Figuras 5 e 6. Na Figura 5, uma família na Alemanha, com quatro pessoas, gasta cerca de US\$500,00 por semana com a sua alimentação, predominantemente de produtos industrializados.



Figura 5: Família na Alemanha com os alimentos consumidos em uma semana
Fonte: Menzel (2005)


Na Figura 6 é mostrada uma família no Chade, localizado no centro-norte da África, onde seis pessoas gastam US\$1,62 por semana com a sua alimentação.



Figura 6: Família no Chade com os alimentos consumidos em uma semana
Fonte: Menzel (2005)

Complementando...

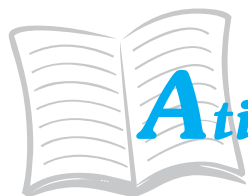
Para que você amplie o seu conhecimento a respeito da **Agenda 21**, recomendamos que acesse o seguinte site:

 *Ministério do Meio Ambiente* – disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 23 set. 2012.

Resumindo



No decorrer desta Unidade tivemos a oportunidade de discutir as decisões e propostas advindas da Conferência Eco-92 e da Rio+10, onde foram produzidos importantes documentos com o intuito de orientar políticas e induzir ações do poder público e do setor privado.



Atividades de aprendizagem

Vamos conferir se você compreendeu o que abordamos neste tópico? Para saber, realize as atividades propostas. Caso tenha alguma dúvida, faça uma leitura cuidadosa dos conceitos ainda não entendidos ou, se achar necessário, entre em contato com seu tutor.

1. Em sua cidade existem ações relacionadas à Agenda 21 Local? Busque informações e, a partir delas, faça críticas e dê sugestões, posicionando-se como administrador. Exercite sua criatividade e sua capacidade proativa.
2. Produção e Consumo Sustentável é ainda um tema pouco conhecido no Brasil. O que deveria ser feito para a divulgação e implantação destas propostas?
3. Associe os conceitos e suas respectivas definições, assinalando a sequência correta:
 - 1) Agenda 21 Global
 - 2) Agenda 21 Brasileira
 - 3) Agenda 21 Local

() Processo e instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável. O documento é construído a partir das diretrizes da Agenda 21 Global, sendo um instrumento fundamental para a construção da democracia participativa e da cidadania ativa no País.

- () Programa de ações que constitui uma ousada e abrangente tentativa de promover um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.
 - () Instrumento de planejamento de políticas públicas que envolve a sociedade civil e o governo em um processo amplo e participativo de consulta sobre os problemas ambientais, sociais e econômicos de determinada região, visando propor ações que levem ao desenvolvimento sustentável.
- a) a) 2 – 3 – 1
 - b) b) 3 – 1 – 2
 - c) c) 3 – 2 – 1
 - d) d) 2 – 1 – 3
 - e) e) 1 – 2 – 3